

EDITAL 73/2025-CSMP

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 62 e 63 da Lei Federal n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), combinados com o art. 88, §§ 1º, 2º, e art. 98, caput, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a edição da Lei Complementar n.º 123, de 27/06/2019, publicada no DOE de 28/06/2019, que altera dispositivos da LCE n.º 057/2006 e acrescentou o § 6º ao art. 98: “a remoção voluntária dar-se-á unicamente pelo critério de antiguidade”; e
CONSIDERANDO a publicação da Resolução n.º 02/2025-CSMP, de 07/10/2025, publicada no DoeMPPA de 29/10/2025;
FAZ SABER aos Promotores de Justiça de 1ª entrância que se encontra aberta, pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste Edital no Diário Oficial do Estado, nos termos do art. 41 do Regimento Interno do CSMP[1], a inscrição para provimento do cargo abaixo descrito, por REMOÇÃO, cujo pedido deverá ser apresentado pelo interessado por meio do sistema GEDOC.

CARGO
PJ DE DOM ELISEU

Belém-PA, 29 de outubro de 2025.
ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior

Protocolo: 1261533

ROL DE INSCRITOS - EDITAL 63/2025-CSMP

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 88, § 4º e art. 98, caput da Lei Complementar n.º 057/2006, TORNA PÚBLICO o rol de inscritos no concurso de remoção para Procurador de Justiça decorrente do Edital n.º 63/2025-CSMP, publicado no D.O.E. n.º 36.402 de 17/10/2025:

PROCURADOR DE JUSTIÇA CRIMINAL GEDOC n.º 164.236/2025			
Antiguidade	Promotor de Justiça	INSCRIÇÃO	
		N.º GEDOC	DATA
	NÃO HOUVE INSCRITOS		

Belém-PA, 29 de outubro de 2025.
ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior

Protocolo: 1261558

PORTARIA Nº 6063/2025-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do expediente GEDOC nº 162795/2025,
R E S O L V E:
REVOGAR, a partir de 01/11/2025, a autorização de lotação provisória da servidora SHEYLA REGINA ABEN ATHAR OLIVEIRA, ocupante do cargo de Analista Ministerial - Assistente Social, junto ao Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar - GATI, concedida por meio da Portaria nº 2067/2019-MP/PGJ, publicada no DOE de 17/04/2019.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
Belém, 24 de outubro de 2025.
ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 1261600

AVISO Nº. 004/2025-MPPA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do resultado final divulgado por meio da Portaria nº. 0161/2023-MP/PGJ, de 18/01/2023, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) de 20/01/2023 e o Edital nº 35, de 19 de dezembro de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 19/12/2022, que tornou público o resultado final do concurso, CONVOCA os candidatos aprovados, relacionados no Anexo I deste Aviso, no VI Concurso Público para Provedimento de Cargos de Servidor do Ministério Público do Estado do Pará, para manifestarem expressamente interesse quanto à nomeação para o cargo em que foram aprovados, através de mensagem eletrônica a ser enviada ao endereço drh@mppa.mp.br, até a 23h59m do quinto dia, a contar do primeiro dia útil após a data da publicação desta convocação, sob pena de serem considerados desistentes, conforme o disposto no item 19.3, c, do Edital nº 1, de 12 de maio de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 13/05/2022.
Os convocados que manifestarem interesse pela nomeação receberão e-mail automático acusando a recepção pelo Departamento de Recursos Humanos do MPPA e posteriormente, após a finalização do período indicado acima, receberão orientações complementares sobre a apresentação de documentos previstos no item 19.3 e os comprobatórios dos requisitos previstos no item 4, ambos do Edital nº 1, de 12 de maio de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 13/05/2022.
Belém, 22 de outubro de 2025.
ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO
Procurador-Geral de Justiça

ANEXO I
CANDIDATOS AMPLA CONCORRÊNCIA

CARGO: TÉCNICO MINISTERIAL - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - REGIÃO ADM. BAIXO AMAZONAS
330172675, Lucas Figueira Silva, 99.2, 9º / 330037239, 330017307, Yngrida Monteiro Lopes, 98.9, 10º.
CARGO: TÉCNICO MINISTERIAL - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - REGIÃO ADM. MARAJÓ II
330055966, Renata Da Cunha Ferreira, 93.6, 13º / 330175483, Nayanne Priscila Cruz Costa, 92.5, 15º / 330003448, Robson Jardim Teixeira, 92.5, 16º.
CARGO: TÉCNICO MINISTERIAL - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - REGIÃO ADM. NORDESTE I
330104026, Cesar Alexandre Saraiva De Sousa, 98, 14º.
CARGO: TÉCNICO MINISTERIAL - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - REGIÃO ADM. NORDESTE II
330143349, Lais Aguiar Leite, 97.1, 11º.
CARGO: TÉCNICO MINISTERIAL - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - REGIÃO ADM. SUDESTE IV
330128057, Rosinildo De Souza Alves, 95.5, 9º.
CARGO: TÉCNICO MINISTERIAL - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - REGIÃO ADM. TOCANTINS
330117909, Luiz Henrique Martins Modesto, 99.5, 11º / 330091376, Cintia Raquel Costa, 99.5, 12º / 330139100, Angelina Lobato Gonçalves, 99.4, 13º.
CANDIDATOS NEGROS
CARGO: TÉCNICO MINISTERIAL - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - REGIÃO ADM. MARAJÓ I
330138135, Morgana Maciel Gomes, 80, 2º.

ANEXO II

A nomeação do candidato fica condicionada ao resultado dos exames médico, físico e mental, realizados por Órgão Oficial do Estado, restando excluído do certame o candidato que não apresentar os exames, sem justa causa, nos termos do item 19.7 do Edital nº 1, de 12 de maio de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 13/05/2022:
1. Laudo Oftalmológico Completo;
2. Laudo Psiquiátrico;
3. Laudo Cardiológico;
4. Eletrocardiograma;
5. Hemograma Completo;
6. Glicemia;
7. 1 foto 3x4;
8. Documento de Identidade;

ANEXO III

Apenas os candidatos aprovados, relacionados no anexo I deste Aviso, deverão comparecer para a entrega dos documentos abaixo relacionados no Ministério Público do Estado do Pará (Departamento de Recursos Humanos), na Rua João Diogo, 100- Cidade Velha –Belém/PA CEP: 66015-165 ou enviá-los via Correios-Sedex. Caso a forma de envio seja por meio dos Correios-Sedex, os documentos, que sejam cópias, deverão ser autenticados. Informações adicionais serão enviadas após a manifestação de interesse.
Documentos para apresentar até o dia da posse, conforme o item 19.6 do Edital nº 1, de 12 de maio de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 13/05/2022:
a) uma fotografia recente, no tamanho 3 x 4;
b) cópia da certidão de nascimento acompanhada da via original para conferência e registro da autenticidade por servidor do MPPA;
c) cópia da carteira de identidade expedida pela Secretaria de Segurança Pública acompanhada da via original para conferência e registro da autenticidade por servidor do MPPA;
d) cópia do documento de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou outro documento contendo o número acompanhado da via original para conferência e registro da autenticidade por servidor do MPPA;
e) certidão expedida pela Justiça Eleitoral na qual conste, além da quitação eleitoral, os dados constantes do título de eleitor;
f) cópia do certificado de reservista ou documento equivalente, se do sexo masculino acompanhado da via original para conferência e registro da autenticidade por servidor do MPPA;
g) cópia do cadastro de inscrição no cadastro do PIS ou PASEP ou outro documento contendo o número;
h) atestado de antecedentes criminais com o “nada consta”, fornecido por Órgão competente do Estado;
i) ficha cadastral fornecida pelo MPPA (link a ser enviado pelo DRH do MPPA);
j) declaração, em modelo fornecido pelo MPPA, de que, com a posse, não acumulará remuneração ou proventos de cargo, função ou emprego público, nos casos vedados por lei, conforme o disposto no art. 37 da Constituição da República;
k) declaração, em modelo fornecido pelo MPPA, de não ter sido exonerado ou dispensado de cargo ou função pública exercidos em órgãos da Administração Pública Direta e Indireta Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de processo administrativo;
l) declarações de bens;
m) cópia do diploma ou certificado de conclusão de curso, reconhecido pelo órgão competente, comprovando a escolaridade exigida, conforme especificações constantes no item 2 deste Edital acompanhado da via original para conferência e registro da autenticidade por servidor do MPPA;
n) comprovante de inscrição ou registro nos conselhos regionais respectivos, se for o caso.